

Sumario

TÍTULO I

IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES TRIBUTÁRIAS

1. Noções gerais
2. Ação anulatória
3. Ação repetitória
4. Ação consignatória
5. Ação declaratória
6. Mandado de segurança
7. Defesas do executado: embargos à execução fiscal e exceção de pré-executividade

TÍTULO II

MANUAL DE PETIÇÃO INICIAL

1. Como fazer uma petição inicial
 - 1.º Momento – P1 – Apresentação formal
 - 1.a) Cumprimento (E1 – Elemento 1)
 - 1.b) Apresentação/qualificação; referência ao advogado e ao seu endereço (E2 – Elemento 2)
 - 1.c) Fundamento do ajuizamento (E3 – Elemento 3)
 - 1.d) Indicação da ação. Dando “nome” à peça (E4 – Elemento 4)
 - 1.e) Indicação do réu (E5 – Elemento 5)
 - 2.º Momento – Conteúdo (P2)
 - 2.a) Dos fatos (E1)
 - 2.b) Do direito. Dos fundamentos jurídicos do pedido (E2)
 - 2.c) Do pedido (E3)
 - 3.º Momento – Despedida (P3)

TÍTULO III

AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL

Capítulo I – Da ação anulatória

1. Noções gerais. Casos de admissibilidade. Rito
2. Da natureza e do objeto
3. Da legitimidade
4. Da *desnecessidade* do depósito para ser cabível e admissível a ação anulatória
5. Consequência do ajuizamento da ação anulatória *sem o depósito* do montante integral

6. Da *vantagem* de se proceder ao depósito do montante integral no momento do ajuizamento da ação anulatória
7. Das *desvantagens* de se proceder ao depósito do montante integral no momento do ajuizamento da ação anulatória
8. Do *depósito* e da *tutela antecipada*
9. Dos *fundamentos* do ajuizamento da ação anulatória
10. Do pedido
 - 10.1. *Pedidos específicos* da ação anulatória
 - 10.2. *Pedidos genéricos* da ação anulatória
11. Da ação anulatória e o processo administrativo fiscal
12. Da ação anulatória e o *mandado de segurança repressivo*
13. Da *conversão de uma ação* originariamente declaratória em ação anulatória por adequação
14. Ação anulatória com execução fiscal já ajuizada
 - 14.1. Noções iniciais e discussão sobre o cabimento. As duas teses. Fisco x advocacia
 - 14.2. Efeitos da admissão da ação
 - 14.2.1. Do prazo dos embargos. Anulatória dentro e fora do prazo
 - 14.2.2. Da tutela antecipada. Da vantagem para o contribuinte executado. Dos riscos
 - 14.3. Da conexão entre as ações. Da tutela antecipada. Do sobrestamento da execução
 - 14.4. O STJ e sua recente manifestação
 - 14.5. A questão na prova da OAB. Agindo como advogado. A petição inicial
 - 14.6. Críticas, para reflexão, sobre o cabimento da anulatória com execução fiscal já ajuizada
 - 14.7. Uma outra alternativa para a matéria. A Lei 11.382/2006. A reforma no CPC e uma recompreensão para os embargos. Aplicação na execução fiscal?

Capítulo II – Modelos de petições iniciais

- Ação anulatória com pedido do depósito do montante integral em dinheiro
- Ação anulatória com pedido de antecipação de tutela
- Ação anulatória “híbrida” com pedido de depósito insuficiente e cumulado com pedido de antecipação de tutela
- Ação anulatória cumulada com ação repetitória

Capítulo III – Treinamento com resolução de questões e peças

TÍTULO IV

AÇÃO DECLARATÓRIA

Capítulo I – Da ação declaratória

1. Noções iniciais. Das hipóteses de cabimento segundo o CPC
 - 1.1. Interesse no direito tributário
2. Ação declaratória no direito tributário. Das ordinárias situações em que se vislumbra seu ajuizamento

3. Da legitimidade
4. Do objeto
5. Do procedimento
6. Da imprescritibilidade e incaducabilidade
7. Da ação declaratória e do mandado de segurança preventivo
8. Ação declaratória e lançamento
 - 8.1. Do direito-dever de lançar
 - 8.2. Das consequências do lançamento. Da conversão em "anulatória". Da necessidade de atacar esse lançamento. Da possibilidade da execução
9. Da ação declaratória com tutela antecipada originariamente pedida em situações emergenciais de necessidade de reconhecimento de certas verdades
10. Da ação repetitória cumulada com declaratória
11. Da petição inicial na ação declaratória

Capítulo II – Modelos de petições iniciais

- Ação declaratória simples
- Ação declaratória cumulada com antecipação de tutela
- Ação declaratória cumulada com ação repetitória

Capítulo III – Treinamento com resolução de questões e peças

TÍTULO V

AÇÃO CONSIGNATÓRIA

Capítulo I – Da ação consignatória

1. Noções iniciais
2. A ação consignatória no direito tributário
 - 2.1. Noções gerais
 - 2.2. Os casos do art. 164, I e II, do CTN. Dificuldade de conseguir exercer o direito de pagar
 - 2.3. Os casos do art.164, III, do CTN. Bitributação
 - 2.4. Do objeto. Do procedimento e da base legal
 - 2.5. Da legitimação
 - 2.6. Especificidades sobre a consignatória nos casos de bitributação
 - 2.7. Consignatória nos casos de bitributação: opção e não obrigação
 - 2.8. Vantagens de uso da consignatória nos casos de bitributação
 - 2.9. Do valor do depósito
 - 2.10. O depósito na consignatória em casos de bitributação
 - 2.11. A petição inicial nos casos do art. 164, I, II e III, do CTN. Dos *fundamentos do ajuizamento*
 - 2.12. Da referência ao depósito na petição inicial
 - 2.13. Do pedido

- 2.14. Da suspensão de exigibilidade do crédito. Da extinção do crédito
- 2.15. Ação consignatória e depósito insuficiente. Execução fiscal. Conexão. Tutela antecipada em ação consignatória
- 2.16. Da natureza e dos efeitos da sentença na ação consignatória. Diferença entre as hipóteses do art. 164, I e II, para a hipótese do art. 164, III, do CTN

Capítulo II – Modelos de petições iniciais

- Ação consignatória simples (casos do artigo 164, incisos I e II, do CTN)
- Ação consignatória em bi-tributação (caso do artigo 164, III, do CTN)

Capítulo III – Treinamento de resolução de questões e peças

TÍTULO VI

DEFESAS DO EXECUTADO

Capítulo I – Execução fiscal e defesas do executado

1. Ação de execução fiscal. Conceito
2. Natureza da ação de execução fiscal
3. Objeto da execução fiscal
4. Sistema normativo. Especialidade e generalidade. Lei de Execuções Fiscais e Código de Processo Civil
5. A trilogia cronológica: fase pré-executiva, fase executiva e fase das defesas do executado
6. Legitimados ativos para a propositura da execução fiscal
7. Legitimidade passiva na execução fiscal
8. Participação do Ministério Público nas execuções fiscais
9. Competência
 - 9.1. Noções introdutórias fundamentais
 - 9.2. Competência originária do STF
 - 9.2.1. Noções fundamentais. ACO. ACOF. ACOF de natureza executiva
 - 9.2.2. ACOF nos conflitos internacionais. Art. 102, I, "e", CRFB/1988
 - 9.2.3. ACOF nos conflitos federativos entre a União, Estados, Distrito Federal e as entidades das respectivas administrações indiretas. Art. 102, I, "f", CRFB/1988. Execução fiscal "interfederativa"
 - 9.3. Competência da Justiça Estadual e da Justiça Federal
 - 9.3.1. Critérios para determinar a competência da Justiça Federal e da Justiça Estadual. Reserva constitucional
 - 9.3.2. Execuções fiscais municipais na Justiça Federal. Conflitos internacionais
- 9.4. Regras processuais especiais de competência na execução fiscal
10. O valor da causa nas execuções fiscais
11. Petição inicial e a ação de execução fiscal
12. O despacho citatório do juiz ao deferir a petição inicial

13. A citação na execução fiscal
14. As posturas do executado
 - 14.1. Nota inicial
 - 14.2. Postura do executado antes de ser citado
 - 14.3. Posturas do executado após ser citado
 - 14.3.1. Noções iniciais fundamentais
 - 14.3.2. O reconhecimento da dívida e a intenção de adimplemento. Pagamento. Parcelamento
 - 14.3.3. Da inércia e do silêncio do executado citado
 - 14.3.4. Da postura do executado de impugnar a execução fiscal, buscando vê-la julgada improcedente
15. Identificando as possíveis ferramentas de defesas do executado
 - 15.1. Noções iniciais fundamentais
 - 15.2. Das defesas próprias. Embargos do executado e exceção de pré-executividade. Do cabimento de cada uma. Dos requisitos de admissibilidade
 - 15.2.1. Noções iniciais fundamentais. Diferenças estruturais entre os embargos e a EPE
 - 15.2.2. Dos requisitos obrigatórios para que seja admissível cada uma das defesas próprias
 - 15.2.3. Ação anulatória e execução fiscal

Capítulo II – Embargos à execução fiscal

1. Conceito e noções iniciais sobre os embargos à execução
2. Da natureza da sentença
3. Da tempestividade para embargar
 - 3.1. Noções iniciais e comparação entre a Lei 6.830/1980 (LEF) e o CPC
 - 3.2. Do início do prazo nos casos de garantia mediante depósito. A atual jurisprudência do STJ
 - 3.3. Do termo inicial dos prazo de trinta dias quando o juízo é garantido mediante penhora. Da "intimação da penhora"
 - 3.3.1. Bens oferecidos voluntariamente à penhora. "Termo de penhora"
 - 3.3.2. Não oferecimento voluntário de garantia. Bens penhorados mediante autuação. "Auto de penhora"
 - 3.4. Garantia parcial e possibilidade excepcional de ajuizamento de embargos
 - 3.5. Impenhorabilidade de bens
 - 3.6. Pluralidade de penhoras em diferentes execuções fiscais. Preferências de acordo com a ordem do art. 29, parágrafo único, da LEF, c/c o art. 187, parágrafo único, do CTN
4. Da necessidade de oferecimento de garantia para se embargar posicionamento do STJ
 - 4.1. Introdução
 - 4.2. Texto das edições anteriores
5. Do efeito suspensivo atribuído aos embargos à execução fiscal

- 5.1. Da delimitação do tema
- 5.2. Da mudança (de novo) do entendimento do STJ a respeito da matéria. Do atual posicionamento firmado após o precedente de 22.05.2013 (REsp 1.272.827/PE)
- 5.3. Da derrota, na questão, da advocacia dos contribuintes
- 5.4. Os argumentos sustentados pela Fazenda para afirmar que a posição adotada não é prejudicial ao executado
- 5.5. Os argumentos vencidos em favor da tese que vinha prevalecendo. Do reconhecimento do efeito suspensivo automático. Da opinião pessoal do autor (vencida)
- 5.6. Seria possível, em alguma situação, relativizar a tese adotada no STJ a partir do precedente de maio de 2013, no julgamento do REsp 1.272.827/PE? Do depósito em dinheiro e do art. 151, II, CTN c/c S. 112, STJ
6. A petição inicial de embargos
 - 6.1. Noções iniciais. Visão geral da petição
 - 6.2. Comentários sobre as preliminares da P2. Da garantia e do efeito suspensivo
7. Modelos de petições iniciais
 - 7.1. Modelo genérico de petição. Justiça Estadual
 - 7.2. Embargos na Justiça Federal. Tributo federal. Execução fiscal ajuizada pela União.

Capítulo III – Exceção de pré-executividade

1. Conceito
2. Natureza jurídica
3. Da amplitude das vantagens da exceção de pré-executividade
4. Aceitabilidade no direito brasileiro
5. Diferença entre a exceção de pré-executividade e os embargos à execução fiscal
6. Fundamentação legal
7. Exceção de pré-executividade, prescrição e decadência. Possibilidade de alegação. Jurisprudência do STJ
8. Tributação inconstitucional. Cabimento de alegação em sede de exceção de pré-executividade
9. Execução fiscal contra o sócio. Dívida da pessoa jurídica. Casos em que não cabe a exceção de pré-executividade
10. Honorários advocatícios
11. Modelos de petição de exceção de pré-executividade
 - 11.1. Modelo genérico de petição
 - 11.2. Modelos específicos de petição
 - Casos de prescrição
 - Casos de decadência (art. 173, I, do CTN)
 - Casos de decadência (art. 150, § 4.º, do CTN). Tributo de competência da União (Justiça Federal)

Capítulo IV – Recursos na execução fiscal

1. Recursos na execução fiscal. Noções iniciais fundamentais
2. Recursos de decisões prolatadas na primeira instância
 - 2.1. Noções iniciais
 - 2.2. Recursos das decisões interlocutórias: agravos. O agravo de instrumento. Da inadequação do agravo retido nas execuções
 - 2.3. Recursos das sentenças: apelação ou embargos infringentes de alçada. O caso excepcional de o recurso cabível ser o Recurso Ordinário Constitucional ("ROC")
 - 2.3.1. Noções iniciais fundamentais. Cinco possíveis recursos em face da sentença
 - 2.3.2. Qual critério para determinar o recurso cabível? Apelação ou embargos infringentes de alçada?
 - 2.3.3. Como apurar a alçada? Como saber o valor de 50 ORTN?
 - 2.3.4. O momento de avaliação da alçada. Ajuizamento da ação. Irrelevância do valor da alçada ao tempo da sentença
 - 2.3.5. O que é o IPCA-E?
 - 2.3.6. Tabela com os valores da alçada, ano a ano, corrigidos pelo IPCA-E, até o ano de 2013
 - 2.3.7. Algumas conclusões importantes sobre a alçada
 - 2.3.8. Diferença entre os embargos infringentes de alçada e a apelação
 - 2.4. Conflito internacional e o cabimento do recurso ordinário constitucional. Art. 105, II, "c", CRFB/1988
3. Recursos de decisões prolatadas na segunda instância
 - 3.1. Noções iniciais essenciais
 - 3.2. Agravo regimental ou interno ("Agravinho")
 - 3.3. Embargos infringentes
 - 3.4. Embargos declaratórios
 - 3.5. Recursos excepcionais: REsp para o STJ e REXT para o STF
4. Recursos de decisões prolatadas na "instância" superior. Recursos de provimentos do STJ
5. Recursos de decisões prolatadas no STF. Aquela que vem sendo aceita como, de fato, "a quarta e última instância"

Capítulo V – Embargos de terceiro

1. Noções iniciais
2. Hipóteses de cabimento
 - 2.1. Dos requisitos legais específicos para o cabimento da ação de embargos de terceiro
 - 2.2. Os casos de defesa da meação por parte do cônjuge
 - 2.3. Penhora de veículo ou imóvel que já havia sido alienado, mas que ainda não havia sido formalizado o registro da alienação para fins de efetivar a transmissão da propriedade. Bem ainda em nome do alienante. Penhora. Legitimidade do adquirente para embargar como terceiro, independentemente da ausência de registro
3. Procedimento aplicável
4. Redigindo a petição inicial

- 4.1. Introdução
 - 4.2. A Parte 1 da petição inicial: o cabeçalho. Endereçamento, qualificação das partes, fundamentação legal do ajuizamento, nomeação da ação
 - 4.2.1. Endereçamento. Competência para processamento e julgamento
 - 4.2.2. Qualificação autoral e referência ao advogado
 - 4.2.3. Fundamentação legal de ajuizamento e nomeação da ação
 - 4.2.4. Indicação do ato embargado e das partes no processo principal, que figurarão como as “embargadas” na ação de embargos de terceiro
 - 4.3. A Parte 2 da petição inicial: causa de pedir (dos fatos e do direito) e pedido. Os tópicos especiais a serem destacados no corpo da petição inicial, intercalando a causa de pedir
 - 4.3.1. Considerações iniciais fundamentais
 - 4.3.2. Dos fatos
 - 4.3.3. Da tempestividade do ajuizamento
 - 4.3.4. Da distribuição por dependência
 - 4.3.5. Da prova sumária documental e testemunhal
 - 4.3.6. Da condenação em verbas de sucumbência
 - 4.3.7. Da liminar e da caução
 - 4.3.8. Da suspensão do processo
 - 4.3.9. Do direito
 - 4.3.10. Do pedido
 - 4.4. A Parte 3: o valor da causa e o fechamento da petição
5. Modelos completos de petição inicial
- 5.1. Embargos de Terceiro em Execução Fiscal na Justiça Federal. Penhora sobre imóvel objeto de promessa de compra e venda não registrada, celebrada antes da inscrição em dívida ativa da dívida executada. Terceiro embargante promitente comprador
6. Artigos do CPC
7. Jurisprudência do STJ selecionada

TÍTULO VII

MANDADO DE SEGURANÇA

Capítulo I – Do mandado de segurança. Noções gerais

- 1. Conceito, origem e natureza jurídica
- 2. Da subsidiariedade em relação ao *habeas corpus* e *habeas data*
- 3. Base legal
- 4. Modalidades
 - 4.1. Quanto ao momento da impetração. Mandado de segurança preventivo x mandado de segurança repressivo
 - 4.2. Quanto aos impetrantes. Mandado de segurança individual e coletivo
 - 4.2.1. Noções iniciais sobre o mandado de segurança individual e coletivo

- 4.2.2. Dos direitos que podem ser protegidos pelo mandado de segurança coletivo. Os direitos coletivos e os direitos individuais homogêneos
- 4.2.3. Legitimados a impetrar mandado de segurança coletivo
- 5. Situações de cabimento e não cabimento
 - 5.1. Noções gerais sobre o cabimento do uso de mandado de segurança
 - 5.2. Casos em que não cabe mandado de segurança. Vedação na própria Lei 12.016/2009
 - 5.2.1. Noções iniciais
 - 5.2.2. Atos de gestão comercial praticados por administradores de empresas públicas, sociedades de economia mista e concessionárias
 - 5.2.3. Ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução
 - 5.2.4. Decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo
 - 5.2.5. Decisão judicial transitada em julgado
 - 5.3. Outros casos de vedação ao uso de mandado de segurança. A jurisprudência nos tribunais superiores
- 6. Autoridade coatora
- 7. Prazos
- 8. Competência

Capítulo II – Apontamentos sobre mandado de segurança em matéria tributária

- 1. Mandado de segurança em matéria tributária
- 2. Mandado de segurança e recurso administrativo
- 3. Mandado de segurança repressivo e ação anulatória
- 4. Mandado de segurança preventivo e ação declaratória
- 5. Da liminar
- 6. Dos honorários advocatícios
- 7. Das provas
- 8. Da petição inicial. Recomendações para a prova da 2.^a fase do exame de ordem
- 9. Mandado de segurança e compensação
- 10. Mandado de segurança para liberação de mercadoria apreendida por inadimplemento fiscal
- 11. Interdição de estabelecimentos por força de inadimplemento fiscal. Inconstitucionalidade. Cabimento do mandado de segurança repressivo com pedido liminar
- 12. Mandado de segurança e imunidades tributárias
- 13. Mandado de segurança e princípios tributários
- 14. Mandado de segurança, base de cálculo e alíquotas de tributos
 - 14.1. Noções gerais
 - 14.2. Lançamentos em erros na fixação das alíquotas
 - 14.3. Lançamentos em erro na imputação da base de cálculo
- 15. Recursos em sede de mandado de segurança
 - 15.1. Considerações iniciais

- 15.2. Recursos em sede de mandados de segurança impetrados na primeira instância. Das decisões interlocutórias e das sentenças
 - 15.2.1. Noções iniciais fundamentais
 - 15.2.2. Dos agravos na primeira instância
 - 15.2.3. Das sentenças de primeira instância e das apelações. A apelação do art. 10 e a apelação do art. 14, ambos da Lei 12.016/2009
- 15.3. Da impetração de mandado de segurança nos tribunais. Do não cabimento do uso do recurso de embargos infringentes. O art. 25 da Lei 12.016/2009
- 15.4. Dos recursos ordinários constitucionais em sede de mandado de segurança. Impetração originária no TJ, TRF ou STJ. ROC para o STJ e ROC para o STF. Recursos privativos do impetrante

Capítulo III – Da petição inicial. Recomendações para a prova da 2.ª fase do exame de ordem

- 1. Considerações iniciais
- 2. O art. 6.º da Lei 12.016/2009 e os arts. 282 e 283 do CPC
- 3. Regras de endereçamento. Competência
 - 3.1. Noções preliminares fundamentais. Da importância da identificação de quem é a “autoridade coatora”
 - 3.2. Ajuizamento na primeira instância. Justiça estadual e justiça federal
 - 3.3. Autoridade federal “por equiparação legal”. O art. 2.º da Lei 12.016/2009
 - 3.4. Modelos de endereçamento sugeridos para redigir a petição inicial
- 4. Do objeto de ataque na impetração. Ato coator sempre? MS repressivo x MS preventivo
- 5. Das provas pré-constituídas
- 6. Algumas diferenças entre o MS repressivo e o MS preventivo. Provas. Liminar. Pedido principal
 - 6.1. Do objeto da prova pré-constituída em sede de MS repressivo e preventivo
 - 6.2. Da liminar. Finalidade e efeitos. Diferenças entre o MS preventivo e o MS repressivo
 - 6.2.1. Considerações iniciais fundamentais
 - 6.2.2. Liminar nos mandados de segurança em face de ato coator de lançamento. MS repressivo e MS preventivo. As diferenças em relação à medida liminar em ambos os casos
 - 6.2.3. Liminar nos mandados de segurança em face de ato coator de inscrição indevida em dívida ativa, em face de ato coator de apreensão de mercadoria por conta de inadimplemento e de interdição de estabelecimento em decorrência de inadimplemento. MS repressivo e MS preventivo. As diferenças em relação à medida liminar em ambos os casos
 - 6.2.4. Da possibilidade de exigência de garantia como condição para o deferimento da liminar
 - 6.2.5. Dos casos em que a lei veda a liminar no âmbito das relações tributárias
- 7. Dos artigos de fundamentação do ajuizamento

8. Da estrutura da P2 (parte 2 da petição inicial)

9. Dos pedidos

Capítulo IV – Modelos de petição inicial e recursos

1. Modelo genérico de petição inicial em mandado de segurança repressivo na justiça estadual. MS com pedido liminar

2. Modelo genérico de petição inicial em mandado de segurança preventivo na justiça federal. MS com pedido liminar

3. Modelo genérico de petição inicial em mandado de segurança coletivo preventivo no Superior Tribunal de Justiça em face de ato coator de Ministro de Estado. MS com pedido liminar

4. Modelo genérico de petição inicial em mandado de segurança coletivo repressivo no Supremo Tribunal Federal em face de ato coator do Presidente da República. MS com pedido liminar

5. Apelação do art. 14 da Lei 12.016/2009. Apelação da Fazenda Pública

6. Agravo de instrumento. Indeferimento de liminar

7. Recurso ordinário constitucional. ROC para o STF. Decisão denegatória no STJ

TÍTULO VIII

AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO (AÇÃO REPETITÓRIA)

Capítulo I – Ação repetitória e suas variações

1. Noções iniciais

2. Modalidades de ação repetitória

Capítulo II – Considerações sobre a petição inicial da ação repetitória

1. Considerações iniciais

2. P1. Ajuizamento. Justiça Federal x Justiça Estadual. Algumas situações que merecem cuidados

2.1. Considerações gerais

2.2. Imposto de renda dos servidores estaduais, do Distrito Federal e dos municípios. Restituição

2.3. ITR fiscalizado e arrecadado pelos Municípios

Capítulo III – Modelos genéricos de petições iniciais em ação repetitória

1. Introdução

2. Modelos de petição inicial

Capítulo IV – Petições iniciais com a elaboração do conteúdo de alguns tópicos da peça

Capítulo V – Anexo – Súmulas e legislação

1. Súmulas do STJ

2. Legislação específica

TÍTULO IX

RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL – APLICAÇÃO NO DIREITO TRIBUTÁRIO. DESRESPEITO À SÚMULA VINCULANTE – STF

1. Modelos de petições iniciais
 - 1.1. Reclamação Constitucional em face de ato administrativo que desrespeita enunciado de súmula vinculante
 - 1.2. Reclamação Constitucional em face de ato/decisão judicial que desrespeita enunciado de súmula vinculante
2. Legislação pertinente
3. Breves lições doutrinárias
 - 3.1. Natureza jurídica da Reclamação Constitucional
 - 3.2. Finalidade da Reclamação Constitucional
 - 3.3. Reclamação Constitucional por usurpação de competências
 - 3.4. Reclamação Constitucional e ato de desrespeito à autoridade das decisões judiciais do STF e STJ
 - 3.5. Reclamação Constitucional e ato de desrespeito à autoridade das decisões judiciais do STF que deram ensejo à súmula vinculante
4. Súmulas Vinculantes tributárias selecionadas
5. Casos concretos com peças resolvidas. Desrespeito às súmulas vinculantes tributárias

TÍTULO X

MODELOS DE PEÇAS

- Petição inicial. Ação anulatória de lançamento. Anulatória com depósito do montante integral
- Petição inicial. Ação anulatória de lançamento. Anulatória com pedido de tutela antecipada
- Petição inicial. Ação anulatória de lançamento. Anulatória com pedido de tutela antecipada cumulada com depósito parcial
- Petição inicial. Medida cautelar fiscal do contribuinte
- Petição inicial. Ação declaratória de inexistência de relação jurídica obrigacional tributária
- Petição inicial. Ação declaratória de direito a gozo de isenção fiscal cumulada com pedido de restituição de indébito (“declaratória cumulada com repetitória”)
- Petição inicial. Ação de embargos à execução fiscal
- Petição inicial. Ação repetitória
- Petição inicial. Ação repetitória de tributo indireto. IPI – Justiça federal
- Petição inicial. Ação consignatória. Recusa de recebimento do pagamento por parte do fisco (CTN, art. 164, I ou II)

- Petição inicial. Ação consignatória. Dupla tributação – CTN, art. 164, III. ICMS x ISS – Justiça estadual
- Petição inicial. Ação consignatória “híbrida” (depósito + tutela antecipada). Dupla tributação – CTN, art. 164, III. ICMS x ISS – Justiça estadual
- Petição inicial. Mandado de segurança repressivo na justiça estadual. MS com pedido liminar
- Petição inicial. Mandado de segurança preventivo na Justiça Federal. MS com pedido liminar
- Petição inicial. Mandado de segurança coletivo preventivo. MS com pedido liminar impetrado originariamente no STJ. Ato coator de Ministro de Estado
- Petição inicial. Mandado de segurança coletivo repressivo. Impetração originária no Supremo Tribunal Federal. Ato coator do Presidente da República. MS com pedido liminar
- Petição inicial. Mandado de segurança. MS individual repressivo impetrado originariamente no TJ
- Petição inicial. Mandado de segurança. MS diante de decisão proferida em julgamento de embargos infringentes de alçada na hipótese de não ser cabível interposição de recurso extraordinário para o STF. Justiça estadual. MS no TJ
- Petição inicial em *habeas data*. *Habeas data* cognitivo (art. 7.º, I c/c art. 8.º, I, da Lei 9.507/1997)
- Mandado de injunção individual. Modelo de petição inicial
- Petição inicial. Ação cível originária no STF – ACO. Conflitos internacionais: art. 102, I, “e”, da CRFB/1988. Estado estrangeiro x Estado-Membro da Federação. Ação anulatória de lançamento fiscal
- Petição inicial. Ação cível originária no STF – ACO. Conflitos interfederativos: art. 102, I, “f”, da CRFB/1988. Estado-membro da Federação x União Federal. Ação declaratória de inexistência de relação jurídica obrigacional tributária
- Petição inicial. Ação de execução fiscal. Ajuizada pela União
- Contestação
- Recurso. Apelação
- Das razões recursais
- Recurso. Apelação em mandado de segurança
- Das razões recursais
- Recurso. Agravo na 1.ª instância. Agravo retido
- Das razões recursais
- Recurso. Agravo na 1.ª instância. Agravo de instrumento
- Recurso. Agravo. Agravo de instrumento especial para o STJ. Causas internacionais – Art. 539, II, “b” e parágrafo único, do CPC
- Recurso. Agravo. Agravo especial nos autos para o STJ. Agravo por inadmissibilidade de REsp – Art. 544 do CPC. Modelo simples
- Das razões recursais

- Recurso. Agravo nos tribunais. Agravo interno do art. 545 do CPC. Julgamento do agravo especial nos autos pelo relator. Agravo interno no STJ
- Recurso. Agravo. Agravo interno do art. 557, § 1.º, do CPC. Acórdão monocrático do relator
- Recurso. Execuções fiscais dentro da alçada. Embargos infringentes de alçada
- Recurso. Recurso ordinário constitucional. ROC para o STF. Decisão denegatória no STJ
- Das razões recursais
- Recurso. Recurso ordinário constitucional. ROC para o STJ. Sentença federal em conflito internacional. Município brasileiro x estado estrangeiro: execução fiscal (art. 105, II, "c", da CRFB/1988 c/c art. 539, II, "b", do CPC)
- Das razões recursais. Recurso ordinário constitucional
- Recurso. Recurso especial para o STJ. Decisão final no TJ
- Razões recursais
- Recurso. Recurso extraordinário – STF. Decisão final no TJ
- Razões recursais
- Recurso. Recurso extraordinário – STF. RE em face de sentença. Execução fiscal/causas de alçada. Julgamento de embargos infringentes de alçada
- Razões recursais
- Processo administrativo. Impugnação
- Processo administrativo. Recurso voluntário
- Processo administrativo. Recurso especial
- Juizados especiais da Fazenda Pública. Petições iniciais

TÍTULO XI

QUADRO-RESUMO DOS FUNDAMENTOS DE AJUIZAMENTO DAS AÇÕES

TÍTULO XII

SÚMULAS SELECIONADAS

1. Súmulas vinculantes
2. Súmulas tributárias no STF
3. Súmulas do STJ